



RESENHA

GALINDO, Caetano W. *Latim em pó: Um passeio pela formação do nosso português*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Beatriz Farias Almeida

<https://orcid.org/0000-0002-9792-3703>

Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino

Universidade Federal de Campina Grande

beaalmeida740@gmail.com

Francielle Loiola Ramos

<https://orcid.org/0000-0003-2664-339X>

Universidade Federal de Campina Grande

francyellelrm@gmail.com

Gabriel Rodrigues de Lucena

<https://orcid.org/0009-0000-2843-5936>

Universidade Federal de Campina Grande

gabrielrodriguesdelucena222@gmail.com

O português é considerado hoje a quarta língua mais falada no mundo. Trata-se, pois, de um idioma presente em diversos países, em razão, sobretudo, da colonização. Neste sentido, destaca-se o Brasil como seu principal representante no que diz respeito ao contingente expressivo de falantes. Mas de onde surgiu a língua que falamos? Como é possível que um país com proporções continentais seja capaz de falar, quase que uniformemente, uma mesma língua? É possível que essa comunicação ocorra de maneira padronizada? Essas e outras questões são respondidas no livro *Latim em pó* (2022), de autoria de Caetano Galindo. Caetano Waldrigues Galindo é um professor, pesquisador, tradutor e escritor curitibano nascido em 1973, finalista do prêmio Rio de Literatura em 2016 e ganhador do prêmio Paraná de literatura em 2013. Galindo tem

obras publicadas nos mais diversos âmbitos da literatura, que vão desde a música e a poesia, até a ficção e a literatura infantil. Detém, portanto, um repertório de grande prestígio, no qual sobressaem-se seus trabalhos de tradução do romance clássico *Ulysses* e a publicação de *Latim em Pó*, obra aqui resenhada.

Latim em Pó: Um passeio pela formação do nosso português foi lançado em 2022 pela editora paulista Companhia das Letras. Com uma linguagem prosaica, Galindo revisita todas as etapas históricas da formação do português enquanto língua românica, iniciando pela família indo-europeia e desembocando nas influências das línguas africanas trazidas no período de colonização. Busca, com isso, elucidar todos os processos e mudanças que culminaram na variedade brasileira da Língua Portuguesa. Para atender a essa escolha, então, a obra foi organizada em vinte capítulos, obedecendo um padrão historicamente linear, traçado com a finalidade de descrever as principais características e contribuições de cada recorte espaço-temporal até os dias atuais.

No que diz respeito às seções introdutórias, intituladas *Bem-vinda* e *Roçar a língua de Camões*, Galindo estabelece um diálogo com o seu interlocutor, a partir do qual discorre sobre o caráter dinâmico, flexível e plural inerente às línguas humanas. Para tanto, utiliza-se da figura de Luzia, uma personagem cuja língua materna virá a ser o português e que resguardará em sua identidade fragmentos sócio-históricos da formação do seu país de origem e do idioma vigente. É por intermédio da descrição da aquisição linguística de Luzia que o autor apresenta ao interlocutor algumas das particularidades características desse processo, como o fato de que mesmo submetida a condições de vulnerabilidade social e privação do acesso à educação formal, ela ainda poderá desenvolver sua competência comunicativa, mesmo que não instrumentalizada com a variedade de maior prestígio. No que compete à abrangência da língua portuguesa em solo brasileiro, Galindo salienta o monolinguismo predominante a que somos submetidos, o que não pressupõe o apagamento das mais de 200 línguas faladas no país, mas lança luz sobre a hegemonia política do português.

Após os capítulos iniciais, nos quais o autor apresenta muito claramente sua(s) perspectiva(s) linguística(s), somente na seção *O povo dos cavalos* adentramos propriamente na análise do longo percurso histórico e linguístico que atravessa toda a obra. Pode-se supor que esse ponto de partida é o latim, no entanto, Galindo vai ainda mais longe. Se já é uma certeza linguística bem aceita que o português “veio” do latim, resta outra pergunta menos discutida: de onde veio o latim? Essa resposta possui limites de objetividade, tanto em relação à maleabilidade das fronteiras linguísticas, quanto por motivos técnicos, visto que, devido aos escassos registros escritos, por muito tempo, foi difícil precisar uma língua-mãe do latim. Contudo, o ponto de inflexão dos estudos filológicos foi a proposição de William Jones, em 1786, de que não apenas o latim e o grego, como também o sânscrito, eram aparentados. Seria essa uma relação aproximadamente fraternal — nenhum idioma precedeu o outro, eram todos derivados de uma mesma língua-mãe. Essa nova perspectiva deu um novo rumo para os estudos histórico-comparativos sobre a origem das línguas, que vinham se desenvolvendo desde o século XVII. Diante dessas pesquisas, elaborou-se, então, a chamada hipótese indo-europeia, centrada, conforme o palpite William Jones, na ideia de que o latim, o grego e o sânscrito tiveram origem de um mesmo idioma, ou conjunto de dialetos de um mesmo idioma, denominado proto-indo-europeu.

Os capítulos subsequentes, *Roma* e *A outra Roma*, são o ponto da obra em que Galindo se volta para a mais emblemática língua da herança indo-europeia: o latim, que representava a civilização romana, tão historicamente proeminente por suas conquistas. A magnitude da extensão territorial do Império Romano abrangia os mais diversos povos, culturas e línguas, que, em maior ou menor grau, interagem com a língua latina,

modificando-a e sendo modificadas por ela, processo denominado romanização. Sendo assim, o autor salienta a impossibilidade de falar do latim como idioma uno: bem como Roma foi um mundo inteiro, o latim também foi muitos, não somente pelas variações provenientes das dimensões tanto espacial quanto temporal do Império Romano, como também pela variação do eixo diastrático, ou seja, aquela que independe de fatores geográficos ou históricos.

A língua falada pela elite nunca será a mesma da “boca do povo”, e foi justamente essa última variante, entre tantos latins, que deixou a herança mais valiosa: o *sermo vulgaris*, em outras palavras, “a língua do povo”, hoje conhecida por latim vulgar. Galindo desconstrói, portanto, a visão elitista que temos do latim, desmascarando a crença de que a variante clássica teria sido “mãe” de algumas das maiores obras da Era Moderna e destacando a importância da classe trabalhadora no processo histórico e linguístico da formação das línguas românicas.

Os dois capítulos seguintes, *Os “bárbaros” e as aspas* e *Os “árabes” e as aspas* já tangenciam um “protótipo” do português, ou seja, abordam os processos de diferenciação e individualização da língua falada na Península Ibérica, que, a esse ponto, já não podia mais ser considerada latim. Esses processos foram, sobretudo, marcados por duas invasões: de um lado, a dos povos germânicos, que receberam dos latinos a alcunha de “bárbaros”; do outro, a dos povos islâmicos. Já nos próprios títulos Galindo problematiza as terminologias comumente difundidas para se referir a esses povos, fundamentadas na noção do *Outro*, embora sem apagar ou romantizar o violento contexto bélico.

Entre as diversas contribuições linguísticas desses dois grupos étnicos na formação do português, o pesquisador enfatiza a atuação dos suevos no Noroeste da Ibéria, responsável pelo surgimento do galego-português, que, posteriormente, se ramificaria no português. Aqui, o autor sublinha a tendência que temos de uniformizar os fenômenos linguísticos em sentido estritamente linear, quando, na prática, esses frequentemente se dão de forma transversal ou lateral. Por exemplo, tendemos a simplificar que “o português veio do latim”, quando o português “veio” do galego, que veio do latim, que foi atravessado por interferências de diversas línguas germânicas, e, enfim, idas e vindas do dinamismo natural das línguas.

Quanto à influência “árabe”, trata-se de um processo ainda mais singular. Primeiro, por ser um superestrato exclusivo da Ibéria, que, por isso, não influenciou nenhuma outra língua românica e contribuiu para a singularização do português face a essas. Segundo, porque se configura como um elemento de choque muito mais forte, com um grande distanciamento entre os povos, não apenas no aspecto linguístico como também no cultural e no religioso, o que resultou em marcas linguísticas quase que exclusivamente lexicais, enquanto o superestrato germânico foi mais além, penetrando no nível morfossintático.

Na seção que concerne à origem do Português, após uma explanação sobre o período de formação das línguas românicas, Galindo se detém mais à questão da formação e normatização da Língua Portuguesa. No capítulo intitulado *A Reconquista*, o autor se debruça sobre os eventos bélicos que envolveram o processo de retomada da península Ibérica e que culminaram na vitória lusitana e na reconquista do território, propiciando a edificação de uma sociedade que, mais adiante, viria a ser conhecida como o Estado nacional português. Posteriormente, redireciona a discussão, mais uma vez, para o aspecto linguístico, mostrando que por mais que os povos islâmicos tenham sido derrotados no confronto político-militar, sua influência no campo linguístico já estava mais do que estabelecida, mostrando-se significativa no que tange aos sistemas léxico e fonético-fonológico do idioma que falamos hoje.

Após o período de Reconquista da Península Ibérica, Portugal passou por um processo de especiação linguística, resultando na cisão definitiva entre o galego e o português, de modo que se fazia necessário a regulamentação da língua oficial do território. Para explicar o processo de institucionalização do idioma, Galindo reservou o capítulo *Antes de nós*. No decorrer dessa seção, é elucidado, de forma didática e sem muitos parênteses, como se deu o estabelecimento de uma norma da língua portuguesa, desde o processo de bilinguismo, até as necessidades perceptíveis de padronização dos sons e das palavras faladas em seu idioma comum. Sublinha, então, o surgimento de uma gramática e a modernização da língua portuguesa e de sua literatura de maneira forçada e veloz, ocasionada pela influência de ideias renascentistas, muito presentes na Itália naquela época.

O autor introduz a chegada da língua portuguesa no novo mundo com o capítulo *Kriol*, que narra o momento em que os Portugueses partiram ao mar em busca de territórios para colonizar. O contato entre as línguas dos colonizadores e dos colonizados provocou tanto alterações no português, quanto o surgimento dos denominados *crioulos*. Línguas crioulas nada mais são do que o resultado da interação entre dois ou mais idiomas sob o contexto de aquisição irregular e comunicação emergencial. Considerando o panorama geral das expansões marítimas, foi na África que houve uma maior profusão desse fenômeno. Além disso, ainda nesse capítulo, Galindo pontua que, no Brasil, não houve registros de línguas crioulas, devido à maneira como se deu a colonização no nosso território.

No bojo dessas discussões, situa-se o capítulo *Cabral*. O autor não poupa palavras para desmascarar o mito da colonização pacífica, destacando todos os problemas e violências sofridas pelos povos originários do Brasil durante o domínio dos portugueses. Galindo salienta, também, a participação dos povos nativos na constituição da variedade da língua portuguesa que aqui se estabeleceria, rompendo com a ideia de que as línguas nativas seriam menos complexas que as europeias e, por isso, não poderiam influenciá-las. Na sequência, no capítulo intitulado *Gerais*, o escritor retoma a informação de que no Brasil não há registros de línguas crioulas, mas explica que outro tipo de dinâmica era utilizado para que fosse possível estabelecer a comunicação entre os povos originários e os povos colonizadores, as Línguas Gerais.

No breve capítulo chamado *Morte*, o pesquisador explica como os esforços da elite de Portugal, mobilizados com o propósito de apagar e exterminar grupos étnico-culturais originários e, conseqüentemente, uma variabilidade linguística ímpar, foram bem-sucedidos em muitas de suas aplicações. É impossível separar a língua da cultura de um povo, logo, a imposição linguística implica também na imposição cultural, e era exatamente essa a intenção da coroa portuguesa ao tentar impedir a circulação de línguas gerais no Brasil. O autor evidencia, ainda, a importância da resistência cultural e da memória desses povos, empreendida por autores que hoje conseguem expor as violências experienciadas por seus ancestrais no processo de colonização.

No que compete à compreensão da formação do português brasileiro (PB) e a sua cisão com as particularidades características da variedade europeia, Galindo versa, no capítulo *Áfricas*, como as iniciativas de descrição e sistematização das línguas africanas alcançaram o continente cerca de duzentos anos após a eclosão de estudos linguísticos voltados para o cenário europeu, de modo que a reconstrução genealógica dos idiomas africanos pode nunca alcançar a plena completude, visto que é provável que centenas de línguas tenham sucumbido nesse espaço e tempo.

Além disso, o autor suscita a reflexão de que as pesquisas linguísticas, embebidas de uma visão ocidentalocêntrica, precisam experimentar a reformulação dos seus métodos de abordagem, ou seja, trocar as lentes para enxergar contextos étnico-

culturais díspares, como o caso da própria organização destas línguas em troncos, famílias e ramos. Referente a isso, a obra resenhada traz-nos uma nova perspectiva de compreensão do contexto africano, dessa vez, voltando-se para a transversalidade inerente às relações estabelecidas entre idiomas africanos não aparentados genealogicamente, mas que coexistem em um mesmo ambiente, o que favorece a troca de traços gramaticais.

Em contraponto às narrativas hegemônicas, responsáveis por difundir a ideia de que as contribuições afro-diaspóricas não ultrapassaram o nível lexical da língua portuguesa, no capítulo destinado ao *Pretoguês*, Galindo disserta sobre a possibilidade de que a vivência nos contextos multilíngues a que estavam expostos em África tenha fomentado, nos indivíduos escravizados, diferentes perspectivas de como lidar com a pluralidade linguística. Neste viés, Galindo defende que o processo de aquisição linguística irregular, somado ao alto contingente de negros africanos que se moviam em massa por toda a extensão do território brasileiro para atender às demandas dos ciclos econômicos, foram responsáveis pela lusitanização do país e pelas profundas transformações da língua aprendida.

Por fim, nos capítulos de encerramento, o pesquisador, em um movimento circular, retoma de forma mais consistente problematizações que haviam sido anteriormente apresentadas no percurso da obra. Como exemplo disso, temos então os casos da variação diastrática e do abismo que separa a norma-culta ensinada na escola do português falado pelo nosso povo, consequência da insistência em prosseguir baseando nossa prática escolar na variedade europeia do português, ainda tida como referência de prestígio, enquanto o nosso pretoguês – o português moldado por africanos e afrodescendentes – segue sendo marginalizado. Galindo, portanto, conclui sua obra com a mesma tese com que a inicia: o português (como toda língua) é, foi e será para sempre plural; e a nossa variedade brasileira de hoje é uma colcha de retalhos que reúne em si heranças indo-europeias, latinas, germânicas, árabes, indígenas, africanas, e outras incomensuráveis particularidades.

Acreditamos ser pertinente mencionar como a linguagem empregada na escrita de *Latim em Pó* transcende a característica seleção vocabular de cunho acadêmico, aproximando-se do discurso literário, que enreda o leitor com expressões próprias do cotidiano e, sobretudo, com posicionamentos muito bem demarcados a respeito de uma história, que ao longo de muitos anos, foi narrada apenas da perspectiva do colonizador. O diálogo que o autor estabelece com seus interlocutores aproxima-os da história de formação de uma língua que lhes foi negada sob o pretexto de que o mínimo deslize de seus falantes poderia macular essa rocha monolítica que nos fizeram acreditar ser o PB.

Nesse sentido, Galindo, através de uma progressão de ideias que atravessa os séculos e perpassa os mais diversos povos e civilizações, traz à luz contribuições linguísticas e culturais inviabilizadas pelo epistemicídio orquestrado pelas camadas dominantes. Posto isso, acrescentamos que por se tratar de um material produzido com a finalidade de propor um estudo horizontal, contemplando os assuntos a partir de um panorama histórico geral, é um livro que agrega ao seu público tanto leitores iniciantes — discentes nos primeiros períodos das graduações em letras ou simplesmente interessados nos estudos da língua portuguesa — quanto pesquisadores mais experientes da área, uma vez que conta com a presença de estudos recentes, que ganham contornos cada vez mais expressivos nas áreas da Linguística moderna. Recomendamos, pois, a sua adoção no currículo dos cursos de formação de professores de língua portuguesa como uma leitura indispensável.